

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CRISTIANO DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE
RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS
PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES: UMA ANÁLISE
DE EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

FLORIANÓPOLIS - SC, 2016

CRISTIANO DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE
RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS
PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES: UMA ANÁLISE
DE EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Joisse Antonio Lorandi, Dr.

FLORIANÓPOLIS - SC, 2016

CRISTIANO DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE
RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS
PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES: UMA ANÁLISE
DE EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de _____, atribuída pela Banca Examinadora presidida pelo Professor Orientador e composta pelos outros Membros abaixo indicados.

28 de Junho de 2016

Prof. Marcelo Haendchen Dutra
Coordenador de TCC

Componentes da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Joice Antonio Lorandi
Orientador, da UFSC

Prof. Alex Mussoi Ribeiro
Membro, da UFSC

André Folster
Membro, da UFSC

FLORIANÓPOLIS - SC, 2016

RESUMO

DE OLIVEIRA, Cristiano. **Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes:** Uma análise de empresas listadas na BM&FBovespa.. 2016. 55 p. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC.

Esta pesquisa discute a Contabilidade no contexto das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes. O estudo objetiva por meio de uma pesquisa nas empresas que obtiveram os maiores lucros do Brasil em 2014 listadas na BM&FBovespa, analisar mediante as notas explicativas e demonstrações contábeis se as mesmas estão de acordo com as obrigações legais previstas pelo CPC 25 (2009). A pesquisa é classificada como bibliográfica, descritiva e com abordagem qualitativa. Os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados foi a pesquisa documental, com levantamento de dados, tendo a amostragem como não probabilística e por acessibilidade. Partindo das discussões teóricas frente a passivos, provisões, passivos contingentes, reconhecimento, mensuração e divulgação ou evidenciação, procura observar se as obrigatoriedades e informações dos passivos contingentes aparecem reconhecidas e provisionadas nas empresas em estudo. Os resultados apontam que a média do índice de evidenciação é de 61%, ainda constatou-se que das 18 empresas analisadas, 12 destas obtiveram seus índices acima da média e 6 companhias ficaram abaixo. As informações exigidas para evidenciação foram as que obtiveram os menores índices das empresas analisadas, grande parte destas ficando abaixo dos 25% do total de itens analisados, assim observa-se que as companhias precisam se adequar as exigibilidades previstas em lei. Ainda constatou-se que não necessariamente as empresas que obtiveram os maiores lucros em 2014 foram as empresas que obtiveram os maiores índices de evidenciação. Verifica-se também que as provisões que tiveram maiores relevância foram primeiramente a Fiscal, Cível e a Trabalhista.

Palavras-chave: Passivos Contingentes. Provisões. Passivos.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de evidênciação por empresa.....	48
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Probabilidade de ocorrência do desembolso de recurso.....	16
Quadro 2 – Empresas que obtiveram os maiores lucros no Brasil no ano de 2014.....	25
Quadro 3 – Relação das informações exigidas de acordo com CPC 25.....	24
Quadro 4 – Relação das informações exigidas para divulgação, mensuração e evidênciação de passivos contingentes.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual de respostas sim – Item divulgado.....	45
Tabela 2 – Índice de evidenciação vs Lucro em 2014	46
Tabela 3 – Provisões divulgadas no exercício de 2014.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM&FBOVESPA- Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros de São Paulo
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CPC – Comitê de Pronunciamento Contábil
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI – Imposto sobre Produto Industrializado
PIS – Programa de Integração Social
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	10
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo geral.....	11
1.2.2 Objetivos específicos	11
1.3 JUSTIFICATIVA	11
1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 PASSIVOS	13
2.1.1 Provisões	15
2.1.2 Passivos Contingentes	16
2.1.3 Reconhecimento.....	17
2.1.4 Mensuração.....	18
2.1.5 Divulgação ou Evidenciação.....	19
2.2 PESQUISAS RELACIONADAS	20
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	23
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLOGICO	23
3.2 AMOSTRA E COLETA DE DADOS	24
3.3 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS	25
4 RESULTADOS DA PESQUISA.....	27
4.1 APRESENTAÇÕES DOS DADOS - ANÁLISE INDIVIDUAL POR EMPRESA.....	27
4.1.1 Itaú Unibanco	27
4.1.2 Bradesco	28
4.1.3 Ambev	28
4.1.4 Banco do Brasil	29
4.1.5 Ogx.....	30
4.1.6 Telefônica.....	31
4.1.7 BB seguridade	32
4.1.8 Btg pactual	33
4.1.9 Cielo	33
4.1.10 Cemig	34
4.1.11 Brf	35
4.1.12 Santander.....	36
4.1.13 Jbs.....	37
4.1.14 Rede energia.....	38
4.1.15 TIM	39
4.1.16 Gerdau	40
4.1.17 Tractebel Energia	41
4.1.18 Companhia de Concessões Rodoviárias.....	42
4.2 APRESENTAÇÕES DOS DADOS – ANÁLISE GERAL.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Os estudos frente às técnicas e teorias para controlar o patrimônio das organizações é objeto de estudo no contemporâneo. As informações contábeis são uma das modalidades que ganha destaque, pois assumem importância para a checagem de informações das empresas listadas na BM&FBovespa. Essa modalidade favorece aos usuários informações úteis para a tomada de decisões e na gestão empresarial e mercadológico. Trava-se assim uma gestão contábil transparente na qual todos os usuários usufruam do desempenho empresarial com transparência e exatidão.

A temática que chama a atenção no campo da contabilidade são os passivos, pois de acordo com Hendriksen e Van Breda (2009, p. 410) “os passivos foram, por muitos anos, filho ignorado da contabilidade”, portanto o mercado passou atualmente a ter interesse nos registros contábeis devido à grandeza dessas obrigações. Os passivos vão além de outras contas a pagar ou empréstimos e financiamentos, eles são as representações de obrigações com grau maior de comprometimento, principalmente no enfoque dos passivos contingentes que após a extinção da conta lucros acumulados, passam a ter um papel importante no contexto das exigibilidades.

De acordo com Niyama e Silva (2011, p. 157-158):

A questão do passivo é crucial nos dias de hoje, em que o volume desses recursos pode indicar se uma empresa é viável financeiramente ou não. É muito comum verificar se a utilização de um volume excessivo de passivo não estaria comprometendo a saúde da entidade. Por este motivo, quando se pensa no risco de uma entidade, imediatamente buscamos analisar e comparar o seu passivo com outros componentes das demonstrações financeiras.

Na leitura dos estudos de Hendriksen e Van Breda (2009) os mesmos apontam que quando uma obrigação ou um recurso está numa demonstração de posição financeira, denota-se que ela foi reconhecida. Porém este reconhecimento não se dá no momento da possibilidade de definição, porque não se pode registrar um componente quando não é possível medi-lo. Para um passivo ser reconhecido ele deve ser mensurável. Entretanto, não é por que um passivo não pode ser medido que ele não será um passivo, continua sendo um passivo não reconhecido.

Os passivos de difícil mensuração são os passivos contingentes que atraem a atenção dos órgãos normativos da Contabilidade tanto no Brasil como fora do país. Por meio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) a resolução CFC nº 1.180 aprovou a NBC TG 25 –

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes que incorporou às Normas Brasileiras de Contabilidade o CPC 25 (2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil, o CPC 25 (2009) teve adesão recente e com isso existe a necessidade de mais pesquisas para investigar se suas normas estão sendo seguidas pelas empresas.

De acordo com Iudicibus *et al.* (2010) a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tornou obrigatório o CPC 25 (2009) com a Deliberação nº 594/09, revogando a Deliberação n.º 489/05 que foi a primeira a regular a questão. O pronunciamento passou a fazer efeito nas demonstrações contábeis terminadas a partir do exercício de encerramento de 2010 e também nas demonstrações de 2009 que tiveram que ser divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. Toma-se como base o CPC 25 (2009) para fundamentar as interlocuções do estudo.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Os investidores têm cada vez mais interesse na área contábil, assim tornam-se mais exigentes com a clareza e divulgações de como as informações contábeis estão tratadas conforme exigência da lei. Dentre as áreas que despertam maior interesse da contabilidade está o passivo, que de acordo com Hendriksen e Van Breda (2009, p. 410), eles “[...] hoje em dia, assumiram sua posição de direito como medidas diretas de obrigações nas empresas”. Uma das ramificações do passivo são as provisões e passivos contingentes que de acordo com Iudicibus *et al.* (2010, p. 335):

As provisões podem ser distinguidas de outros passivos quando há incertezas sobre os prazos e valores que serão desembolsados ou exigidos para sua liquidação. O termo “contingente” é utilizado para passivos e ativos não reconhecidos em virtude de sua existência depender de um ou mais eventos futuros incertos que não sejam totalmente sob o controle da instituição [...].

Estudos sobre a evidenciação, mensuração e evidenciação do passivo contingente já foram realizados por autores com foco em diferentes setores da economia brasileira para verificar se as empresas divulgam o que é exigido em lei. Este estudo vem com o propósito agregar valor às pesquisas já realizadas e assim, contribuir para uma nova linha de estudo.

Esta pesquisa propõe estudar a evidenciação das provisões e passivos contingentes nas empresas que obtiveram os maiores lucros do ano de 2014 no Brasil. Assim fazer uma análise entre as companhias e assim verificarem suas diferenças e peculiaridades, já que são um assunto que envolve discricionariedade, pertinente as decisões tomadas pela organização.

É neste cenário que se apresenta a questão que norteia a pesquisa: As empresas que tiveram os maiores lucros no ano de 2014 no Brasil de acordo com a Revista Exame, Melhores e Maiores (2015) divulgam em suas demonstrações contábeis as informações recomendadas pelo CPC 25 (2009), para as provisões e passivos contingentes?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo deste trabalho busca verificar o atendimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes das empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro - BM&FBOVESPA S.A

1.2.2 Objetivos específicos

- a) identificar quais as companhias divulgam provisões e passivos contingentes;
- b) analisar se as companhias estão cumprindo as exigências mínimas de acordo com o CPC 25 (2009);
- c) verificar se há uma relação entre as companhias que possuem os maiores lucros em 2014 com as companhias que mais evidenciam as provisões e passivos contingentes; e
- d) verificar quais as naturezas das provisões e passivos contingentes foram reconhecidas e divulgadas.

1.3 JUSTIFICATIVA

O trabalho justifica-se primeiramente para fomentar discussões em relação às provisões e passivos contingentes e assim contribuir para uma maior base de informações para o mercado que está cada vez mais exigente. A pesquisa é importante, pois lida com empresas consolidadas no mercado e contribui para uma maior disseminação de resultados, serve-se de base para a utilização de ferramentas contábeis as quais o estudo tomou como eixo fundante em suas análises de dados.

É possível salientar a importância que a divulgação das contingências trás aos usuários das informações contábeis, mostrando assim uma maior transparência e acessibilidade de informações. Com o advento da lei 11.638/2007, para as sociedades por ações, e para os

balanços do exercício social terminado a partir de 31 de dezembro de 2008, o saldo final da conta lucros acumulado não poderá ser mais credor, neste caso as companhias necessitam de uma melhor precaução em relação às contingências futuras que devem ter melhores mensurações.

Outra justificativa seria o fato de que o assunto da pesquisa é relevante devido à subjetividade de mensuração de passivos contingentes, e do gerenciamento desta conta ao longo dos anos que requer um acompanhamento acurado, já que interfere diretamente no resultado da organização.

O presente estudo contribui para verificar se a norma está sendo cumprida na prática e produz conhecimento sobre como está se desenvolvendo o processo de adoções as normas de contabilidade.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro apresenta a introdução, tema e problema, o objetivo geral, objetivos específicos, a justificativa e a estrutura da monografia.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica, passa a discutir os conceitos de passivos, provisões, passivos contingentes, reconhecimento, mensuração, divulgação e pesquisas anteriores.

O terceiro capítulo compreende a metodologia da pesquisa de forma complementar as análises dos dados e os resultados apresentados.

O quarto capítulo é composto pela descrição e análises dos dados. Primeiramente, apresentam-se as análises individuais por empresa. Após, demonstram-se as análises gerais das companhias.

Por fim, no quinto capítulo, são apresentadas as considerações finais com base no referencial teórico. O capítulo se encerra com as limitações do estudo e as recomendações para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PASSIVOS

Frente à natureza dos passivos Hendriksen e Van Breda (2009, p. 409) conceitua que os “passivos são sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos resultantes de obrigações presentes.”.

Direciona-se o olhar para o CPC 25 (2009, p. 3-4) no qual este define passivo como “[...] uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos”.

Esta definição do CPC 25 pode ser entendida como uma obrigação atual da entidade que é considerada de resultados de eventos passados e que sua liquidação resultará em um desembolso financeiro. Pode-se citar de exemplo uma compra de mercadoria a prazo que representa um evento que irá trazer para a entidade uma obrigação, ou seja, um passivo.

O CPC 00 R1 (2011, p. 28) aponta que:

Uma característica essencial para a existência de um passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente. Uma obrigação é um dever ou responsabilidade de agir ou desempenhar uma dada tarefa de certa maneira. As obrigações podem ser legalmente exigíveis em consequência de contrato ou de exigências estatutárias.

Ernst & Young e Fipecafi (2010, p 357) define passivo como: “[...] uma obrigação presente da entidade proveniente de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte em uma saída de recursos da entidade que incorporam benefícios econômicos”.

Para a mensuração do passivo Hendriksen e Van Breda (2009, p. 409) afirmam que “Os passivos são reconhecidos quando satisfazem sua definição, são mensuráveis, relevantes e precisos. Em geral são medidos pelo valor presente das saídas de caixa futuros esperados.”. Estes passivos possuem um evento que cria uma obrigação legal e uma não formalizada para que a empresa não tenha alternativa a não ser liquidar a obrigação.

Conforme o CPC 25 item 10, (p. 4) a “obrigação legal é uma obrigação que deriva de: contrato, legislação ou outra ação da lei”. Já a obrigação não formalizada

é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades e em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. (CPC 25, 2009, p. 4)

Niyama e Silva (2011, p. 159) relatam que:

a existência de um passivo pressupõe que no futuro a entidade deverá liquidá-lo através do desembolso de um benefício econômico. Ou seja, o passivo pressupõe não ser possível evitar a obrigação. A liquidação da obrigação poderá ser feita de várias formas, entre as quais se destacam: pagamento em dinheiro, transferência de outros ativos, prestações de serviços, substituição de uma obrigação por outra, conversão de uma obrigação em capital e renúncia ou perda do direito do credor.

As obrigações das empresas que constam no passivo são subdivididas em Passivo Circulante e Passivo Não Circulante. O art. 180 da lei 6404/76, alterado pela lei nº 11.941/09, estabelece que:

as obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179 desta lei.

Iudicibus *et al.* (2010, p. 278) aponta que:

deve-se notar que o período usual de um ano relativo ao exercício social, para fins dessa classificação contábil entre curto e longo prazos, conta da data de encerramento do Balanço atual até 12 meses seguintes, ou seja, a data do próximo encerramento do Balanço. Assim, o exercício social é o da empresa e nada tem a ver com o ano civil de 1º de janeiro a 31 de dezembro. O que ocorre é que a grande maioria das empresas tem seu exercício social coincidente com o ano civil, ou seja, encerra seu balanço em 31 de dezembro.

O passivo circulante de acordo com Iudicibus *et al.* (2010) é a representação das obrigações que a empresa tem na qual se espera que seu pagamento ocorra dentro do exercício social seguinte, ou de acordo do o ciclo operacional estipulado pela empresa. Estas obrigações podem ter valores que não se alteram ou que podem ser alterar e terem vencimentos já vencidos ou a vencer, em uma data ou em diferentes datas futuras. O mesmo autor comenta que no passivo não circulante são registrados as obrigações que a empresa tem, no qual, seu pagamento deverá ocorrer em um prazo superior ao seu ciclo operacional, ou após o exercício social seguinte, e que não tenham características de passivo circulante que seria a obrigação presente, evento passado e representação de uma futura saída de recursos ativos.

Essas seriam as características do passivo, mas para seu reconhecimento de acordo com CPC 00 R1 (2011) tem que existir as três, ou seja, a *obrigação presente, o evento passado e a representação de uma futura saída de recursos ativos* e ser avaliada monetariamente em bases confiáveis. Neste momento é que entre o aspecto da subjetividade, da forma de avaliação que se for incerta ou não, precisaria criar uma provisão.

2.1.1 Provisões

No âmbito das legislações a qual a pesquisa vem se debruçando e estudiosos da área, a terminologia provisão ganha destaque, para o CPC- 25- Comitê de Pronunciamento Contábil no qual a *provisão* tem sua definição bastante sucinta: **é um passivo de prazo ou de valor incertos** (CPC 25, 2009, p. 3).

Ao longo do processo dos estudos já feitos frente à temática abordada, as provisões foram amplamente utilizadas pelos contadores como referência a qualquer obrigação ou redução do valor de um ativo a exemplo da depreciação acumulada e desvalorização de ativos, no qual sua mensuração depende-se de alguma estimativa. Porém, o termo provisão refere-se apenas aos passivos com prazo ou valores incertos. (IUDICIBUS *et al.* 2010)

No cenário Brasileiro o termo provisão para contas retificadoras do ativo foi sempre utilizada, Iudicibus *et al.* (2010) em seus escritos entende perdas estimadas para denominar tais contas, visando reduzir a utilização errônea do termo *provisão*.

Faz necessário destacar a diferenciação entre as *provisões* apresentadas no item 11 do CPC 25 (2009, p. 4):

As provisões podem ser distintas de outros passivos tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência (*accruals*) porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação. Por contraste: (a) as contas a pagar são passivos a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor; e (b) os passivos derivados de apropriações por competência (*accruals*) são passivos a pagar por bens ou serviços fornecidos ou recebidos, mas que não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor, incluindo valores devidos a empregados (por exemplo, valores relacionados com pagamento de férias). Embora algumas vezes seja necessário estimar o valor ou prazo desses passivos, a incerteza é geralmente muito menor do que nas provisões.

Nesta direção Iudicibus *et al.* (2010) corrobora ao destacar que há diferenciação entre as provisões propriamente ditas e as provisões derivadas de apropriações por competência. Sendo estas “[...] caracterizadas como obrigações já existentes, registradas no período de competência, em que não existe grau de incerteza relevante. Assim, pode-se dizer que já se caracterizam como passivos genuínos e não devem ser reconhecidos como provisões.” (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 334).

De acordo com CPC 25 (2009) o termo provisão se restringe aos passivos contingentes, que na realidade deixam de ser contingentes, e passam a ser um passivo normal, uma provisão.

2.1.2 Passivos Contingentes

O termo *contingente* é utilizado para passivos e ativos não provisionados, ou seja, não estabelecidos pela entidade por depender de eventos futuros conforme CPC 25 (2009). Para haver a provisão a entidade deverá utilizar uma sequência de análise de correlações de dados compreendidos por reconhecimento, mensuração e divulgação, que irão ser detalhados à frente. Nesse ínterim Iudicibus *et. al.* (2010 p.335) aponta em seus escritos as condições estabelecidas para que a provisão possa se efetivar:

- (a) A entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado; (b) é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação; e (c) pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação que assim, tem o reconhecimento de uma provisão que incorpora os passivos.

Diante do pronunciamento técnico CPC-25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 tem sua definição indicada no item 10, do CPC 25 (2009, p 4):

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

O passivo contingente evidencia-se por uma retirada de recurso possível, porém, não provável. O não reconhecimento do passivo contingente faz com que a entidade divulgue notas explicativas. Porém, quando a possibilidade de saída de recurso for remota, a divulgação das notas explicativas não se faz necessária (IUDICIBUS *et. al.* 2010). Abaixo se encontra o Quadro 1 que faz uma síntese dos diferentes tratamentos das obrigações contingentes.

Quadro 1: Probabilidade de ocorrência do desembolso de recurso

Probabilidade	Provável	Possível	Remota
Reconhecimento	Sim	Não	Não
Parâmetro	Divulgação é exigida para provisão	Divulgação é exigida para passivo contingente	Nenhuma divulgação é exigida

Fonte: Adaptado do CPC 25

De um modo geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. O CPC 25 (2009, p 5), item 12, informa que:

o termo contingente é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre o controle da entidade. Adicionalmente, o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento.

2.1.3 Reconhecimento

De acordo com Iudicibus *et al.* (2010) uma provisão deve ser reconhecida quando uma empresa tenha uma obrigação legal, seja provável que um desembolso aconteça e possa ser feita uma estimativa confiável da quantidade desta obrigação. Caso estas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deverá ser feita.

Ernst & Young e FIPECAFI (2010) corroboram com Iudicibus *et al.* (2010) quando existe uma obrigação presente que não fica claro se existe ou não esta obrigação. Nesses casos, acredita-se que um evento que já aconteceu dá origem a uma obrigação atual se considerar toda evidencia disponível. É mais provável do que não provável que uma obrigação presente existe à data do balanço. Neste momento o reconhecimento do passivo deverá ser feito.

A ocorrência de um evento passado é aquela em que tem condição de criar uma obrigação. De acordo Iudicibus *et al.* (2010) as obrigações são criadas quando uma empresa não tem outro modo a não ser ter que fazer o pagamento daquela obrigação criada do evento, seja por imposição da lei ou pelo fato do evento criar expectativas validas em terceiros, de que a empresa irá pagar a sua obrigação.

Hendriksen e Van Breda (2009, p. 413) afirmam que:

O momento em que o reconhecimento ocorre é bastante definido, porque a obrigação resulta de um contrato em que o valor e a data de pagamento da obrigação acham-se especificados ou são determináveis em função das condições do contrato. Entretanto, em alguns casos, o valor a ser pago depende de eventos futuros, tais como o nível do faturamento bruto com o uso de bens arrendados. Em tais casos, o passivo existente, muito embora o valor deva ser representado em termos de equivalentes certos, ou por meio de um intervalo de valores prováveis. [...] Por tanto, de um ponto de vista semântico, e do ponto de vista de usuários de demonstrações financeiras, uma obrigação deve ser classificada como passivo caso possa ser razoavelmente medida, ou se um intervalo significativo de valores ou probabilidades possa ser a ela atribuído.

Ernst & Young e FIPECAFI (2010, p. 358) salientam que:

[...] as provisões são reconhecidas como passivos e os passivos contingentes não são reconhecidos, pois no primeiro caso trata-se de obrigações presentes cujo desembolso de recursos será necessário para liquidar a obrigação e no segundo trata-se de obrigações possíveis, cujo desembolso não possa ser caracterizado como provável.

Em alguns casos que a empresa julgar a obrigação como um passivo contingente ela deve verificar para que, regularmente, a obrigação seja reavaliada e apurar se a probabilidade da saída de dinheiro não sofreu modificações. Esta reavaliação deve ser feita com base nas afirmações existentes.

De acordo com CPC 25 (2009, p. 8), item 30:

Os passivos contingentes podem desenvolver-se de maneira não esperada. Por isso, são periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos se tornou provável. Se for provável que uma saída de benefícios econômicos futuros serão exigidos para um item previamente tratado como passivo contingente, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período no qual ocorre a mudança na estimativa da probabilidade (exceto em circunstâncias extremamente raras em que nenhuma estimativa suficientemente confiável possa ser feita).

Ernst & Young e FIPECAFI (2010, p. 358) comentam que na mensuração “[...] a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente é a quantia que uma empresa racionalmente para liquidar a obrigação à data do balanço ou para deslocar a uma terceira parte nesse momento.”.

2.1.4 Mensuração

Diferentes elementos nas demonstrações contábeis não podem ser medidos com a devida precisão devido às incertezas relacionadas ao contexto empresarial, pode-se citar de exemplo às provisões e passivos contingentes. Uma empresa por conhecer bem seus procedimentos, de um modo geral, está apta a determinar a parte final de uma obrigação e, com isso, fazer uma aproximação fidedigna para ser utilizada no reconhecimento de um passivo contingente ou provisão.

Segundo CPC 25 (2009, p. 9), item 37 a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente é:

[...] o valor que a entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento. É muitas vezes impossível ou proibitivamente dispendioso liquidar ou transferir a obrigação na data do balanço. Porém, a estimativa do valor que a entidade racionalmente pagaria para liquidar ou transferir a obrigação produz a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

De acordo com Ernst & Young e FIPECAFI (2010, P. 361) “[...] uma entidade deverá mensurar um passivo não financeiro pelo valor que pagaria, de maneira razoável, para liquidar a presente obrigação ou para transferi-la a um terceiro na data do balanço patrimonial”. Este valor deve ser definido com base em um tratamento de “[...] fluxo de caixa esperado e afirma

que se trata de uma base adequada para mensurar um passivo não financeiro ou tanto um tipo de obrigação semelhante ou uma obrigação isolada.”.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro de acordo com CPC 25 (2009, p 9), item 38:

[...] são determinadas pelo julgamento da administração da empresa, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

De acordo com Niyama e Silva (2011, p. 164) no que diz respeito à incerteza do passivo, uma obrigação pode ser classificada em quatro categorias:

- a) o passivo é conhecido, assim como seu montante – é o caso de um passivo com o fornecedor, em que a entidade já sabe, de antemão, o valor do mesmo. Nessa situação, não existe razão para que o mesmo não apareça nas demonstrações contábeis;
- b) o passivo é conhecido, mas seu montante não – uma situação típica refere-se aos valores correspondentes ao décimo terceiro salário. A entidade sabe da existência do passivo, muito embora seu valor seja apresentado através de estimativa. Esse caso também deve ser considerado pela contabilidade da entidade;
- c) a existência do passivo não é certa, mas o pagamento pode ser estimado – é o caso das milhas aéreas e;
- d) existem dúvidas sobre a existência do passivo e do seu montante – tem-se nesse caso uma contingência. Provavelmente, o evento contingente mais difícil de ser estimado são os processos judiciais. O Sfas 5 classifica as contingências de acordo com a probabilidade de ocorrência em provável, razoavelmente possível ou remota.

Segundo os autores “é importante destacar que a contingência não deve ser confundida com a estimativa. Apesar de geralmente um evento contingente necessitar de uma estimativa, nem toda estimativa contábil pode ser classificada como um evento contingente.”. (NIYAMA E SILVA, 2011, p. 165).

2.1.5 Divulgação ou Evidenciação

O termo divulgação é compreendido nas empresas como exigências que as mesmas devem tornar público em suas demonstrações.

De acordo com Carvalho, Lemes e Costa (2006, p. 213) para cada classe de provisão a informação comparativa não é exigida, mas os seguintes itens devem ser divulgados:

- a) o valor contábil no início e no final do período;
- b) as provisões adicionais feita no período, incluindo aumentos de provisões existentes;
- c) os valores utilizados (isto é, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;
- d) os valores não utilizados revertidos durante o período;

- e) o aumento, durante o período, do valor descontado pela passagem de tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto;
- f) breve descrição da natureza da obrigação e o vencimento esperado de todas as saídas de benefícios econômicos;
- g) uma indicação das incertezas sobre os valores e os vencimentos daquelas saídas, juntamente com as principais suposições feitas sobre os eventos futuros; e
- h) o montante de todo reembolso esperado, destacando o montante de qualquer ativo que foi reconhecido por aquele reembolso esperado.

Nesta direção o CPC 25 (2009, P. 16), item 86 aponta que:

A menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação, a entidade divulgar, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável: a) a estimativa do seu efeito financeiro; b) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e c) a possibilidade de qualquer reembolso.

Ainda sobre a evidenciação vale ressaltar as divulgações voluntárias na qual Umpierre e Ott (2010, p. 4) comentam que:

São consideradas informações voluntárias todas aquelas que não estão compreendidas no escopo das informações obrigatórias que devem ser divulgadas pelas empresas. Essas informações são divulgadas no intuito de apresentar uma maior transparência ao mercado e, por consequência, aos analistas e investidores. Sendo assim, entende-se que o conjunto de informações, obrigatórias e voluntárias, reveladas pela contabilidade auxilia na redução da assimetria informacional. Essa redução de assimetria se dá em função de um maior volume e qualidade das informações divulgadas pelas empresas, o que permite que os usuários tenham um maior número de informações e, com isso, passam a ter maior segurança e confiança nas evidenciações apresentadas, citando de exemplo às descrições dos negócios, produtos e serviços, assim como assuntos sobre os recursos humanos e investimentos.

A entidade deve divulgar o fato caso não consiga seguir todos os itens exigidos conforme supracitados. As divulgações voluntárias podem fornecer informações úteis aos usuários e assim ajudar em uma melhor tomada de decisão. Em alguns casos raros, pode acontecer de alguma divulgação ou de todas as informações exigidas prejudicar a posição da empresa em uma disputa com outras partes quando o assunto for sobre provisão, passivo contingente ou ativo contingente.

2.2 PESQUISAS RELACIONADAS

Nesta direção procurou-se apresentar as produções da área, focalizando os estudos e pesquisas que estão ao encontro da temática deste trabalho a exemplo dos estudos de Suave, Codesso e Pinto (2013), Costa (2013) e Rosa (2014) explicitados abaixo e que contribuem para reflexões do presente estudo.

Começa-se pelo estudo de Suave, Codesso e Pinto (2013) que realizaram um estudo nos quais investigaram em notas explicativas do exercício de 2011 se as empresas mais negociadas na BM&FBovespa atendem as disposições do CPC 25 quanto à divulgação de passivos contingentes. Foram analisadas 94 empresas correspondentes as 100 ações mais negociadas na bolsa dos diversos setores. As principais conclusões foram de que pela diferença notada de uma empresa para outra na descrição da natureza das contingências é possível perceber que muitas empresas ainda não divulgam informações com a melhor qualidade e que expressem a realidade, sendo que das 94 empresas analisadas 77 divulgaram as contingências fiscais, 62 trabalhistas, 76 cíveis e apenas 12 empresas divulgaram passivos ambientais. Os resultados da pesquisa apontam maior divulgação de processos já em tramites judiciais, geralmente relacionados a causas cíveis, trabalhistas e fiscais. Destaca-se o fato de haver pouca evidenciação de contingências ambientais.

A pesquisa de Costa (2013) apresenta um panorama sobre as características dos passivos contingentes nas empresas estrangeiras que negociam ações a Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), atentando ainda encontrar possíveis explicações para tais características. O estudo foi feito em 102 empresas na qual levantou os passivos contingentes que foram publicados nos demonstrativos financeiros em IFRS na NYSE.

A conclusão que o autor chegou foi que o fator mais lógico para explicar diferenças em passivos contingentes seria o econômico, refletido nos setores empresariais na qual cada empresa opera. O fator que se apresentou como fator diferenciador da relevância financeira dos passivos contingentes foi a teoria de Gray, tendendo a gerar diferenças no tratamento contábil de reconhecimento e mensuração. Na análise, o Brasil apresentou maior evidenciação relativa de valores, puxada principalmente pelas contingências tributárias, frente à China e Inglaterra. O Brasil foi o país que mais evidência passivos contingentes dentre as empresas estrangeiras na NYSE. Entre o total de empresas 43% não possuíam passivos contingentes ou possuíam valores muito pequenos divulgados se comparado às outras empresas.

O estudo de Rosa (2014) teve como objetivo identificar o panorama das contingências passivas e mensurar os efeitos da sua reconfiguração (contingências passivas por meio da reclassificação a partir da criação de cinco cenários: do mais otimista ao mais pessimista) na situação econômica das empresas brasileiras. Foram analisados 582 relatórios de empresas não-financeiras brasileiras. Os passivos contingentes foram reclassificados a partir da criação de cinco cenários – otimista, parcialmente otimista, moderado, parcialmente pessimista e pessimista – e então foram medidos os efeitos no lucro líquido e no patrimônio líquido da amostra.

Os resultados demonstraram que as evidenciações em notas explicativas das provisões e dos passivos contingentes obtiveram uma média de 72% dos itens requeridos pelo CPC 25 foram evidenciados pelas empresas no ano de 2012. Destacaram principalmente os processos tributários que representaram 69% do total. Quanto aos efeitos da reconfiguração das contingências passivas na situação econômica de empresas brasileiras, os resultados apontaram que exceto no cenário otimista, nos demais cenários existem diferenças entre médias tanto do resultado quanto do patrimônio líquido antes e após a reclassificação, originando evidências de que os efeitos econômicos dos passivos contingentes das empresas são significativos para estes cenários.

No capítulo que segue apresentam-se os instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLOGICO

De acordo com Cruz e Ribeiro (2003, p. 11) a pesquisa científica é:

O mesmo que busca ou procura. Pesquisar é portanto buscar compreender a forma como se processam os fenômenos observáveis, descrevendo sua estrutura e funcionamento. É na pesquisa que se tenta conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no universo percebido pelo homem. Em outras palavras, uma pesquisa científica tem o propósito de descobrir respostas a questões propostas. Por outro lado, a finalidade da pesquisa não é a acumulação de fatos (dados), mas sua compreensão, o que se obtém através da formulação precisa de hipóteses.

Esta pesquisa é caracterizada como descritiva, pois são apresentados e avaliados os critérios a serem seguidos pelas companhias no que tange à evidenciação e divulgação do passivo contingente. De acordo com Gil (2002, p.42) a pesquisa descritiva:

[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação de variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionários e a observação sistemática.

O instrumento de pesquisa usado neste estudo para fazer a coleta de dados será por meio da pesquisa documental, na qual Lakatos e Marconi mencionam “[...] que a fonte de coleta de dados está restritos a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.” (LAKATOS E MARCONI, 2010, p. 157).

Neste estudo utilizou-se a abordagem qualitativa, que de acordo com Costa e Costa (2009, p. 129) é:

A preocupação com uma realidade que não pode ser quantificada. Ela trabalha com o subjetivo dos sujeitos (crenças, valores, atitudes, etc.). Esta abordagem também pode trabalhar com dados, porém o tratamento não deve envolver estatísticas avançada.

Minayo (2004, p. 101) corrobora a investigação com abordagem qualitativa que requer como atitudes fundamentais:

A abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos. Seus instrumentos costumam ser facilmente corrigidos e readaptados durante o processo de trabalho de campo, visando às finalidades da investigação.

Os procedimentos e ferramentas utilizadas para conduzir o estudo são por meio de pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (2002, p. 44) é:

[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

Os instrumentos apresentados neste item são basilares para a busca dos resultados a qual a pesquisa propôs-se a discutir.

3.2 AMOSTRA E COLETA DE DADOS

Por meio do exposto, foram analisados o grupamento das demonstrações contábeis anuais publicadas de 18 empresas que obtiveram os maiores lucros do Brasil em 2014 de acordo com revista Exame, Melhores e Maiores (2015) listadas na BM&FBovespa, que são apresentados no Quadro 2. Toda documentação utilizada para análise foi coletada por meio eletrônico através de consultas ao site da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo.

A escolha das 18 empresas se deu primeiramente pelo destaque das empresas e seus resultados no ano de 2014, e por estas estarem vinculadas ao site da Revista Exame, Melhores e Maiores (2015) na qual se encontravam 20 empresas relacionadas, porém, duas destas não têm cotações na Bolsa de Valores, sendo assim, foi feito a escolha das 18 empresas que compõe o estudo.

Considera-se a amostragem do estudo como não probabilística, no qual Beuren (2003, p. 125) “conceitua como amostragem subjetiva, fazendo uso do raciocínio, dependendo apenas dos critérios do pesquisador para constituir as amostras”. Nesta pesquisa ainda se utiliza a amostragem por conveniência que de acordo com Gressler (2003, p. 144) “[...] é aquela em que os itens são escolhidos simplesmente por serem mais acessíveis ou por serem mais fáceis de serem avaliados”.

Foram selecionadas somente empresas que possuíam ações cotadas na BM&FBovespa, uma vez que a obtenção de seus relatórios financeiros são de fácil acesso, deste modo a extração de dados será por acessibilidade.

O Quadro 2 apresenta as empresas que tiveram os maiores lucros do Brasil em 2014 em ordem de colocação, ou seja, da primeira a décima oitava empresa mais lucrativa.

Quadro 2 - Empresas que obtiveram os maiores lucros no Brasil no ano de 2014.

COLOCAÇÃO	EMPRESA	COLOCAÇÃO	EMPRESA
1º	Itaú Unibanco	10º	Cemig
2º	Bradesco	11º	Brf
3º	Ambev	12º	Santander
4º	Banco do Brasil	13º	Jbs
5º	Ogx	14º	Rede energia
6º	Telefônica	15º	Tim
7º	BB seguridade	16º	Gerdau
8º	Btg pactual	17º	Tractebel
9º	Cielo	18º	CCR

Fonte: Elaborado pelo autor.

A próxima etapa da pesquisa é fazer a análise e o tratamento dos dados para poder alcançar os objetivos propostos no trabalho.

3.3 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

O estudo se propõe a fazer a verificação da aderência às normas relativas ao passivo contingentes expostas pelo CPC 25. Para se chegar ao objetivo da pesquisa foi elaborado o Quadro 3 no qual se listou todas as informações exigidas pelo CPC 25 no tocante à reconhecimento, mensuração e evidenciação do passivo contingente.

Quadro 3 - Relação das informações exigidas de acordo com CPC 25

Relação das informações exigidas para reconhecimento
Item 1 - São divulgados os passivos contingentes nas notas explicativas? Para uma provisão ser reconhecida a entidade deve:
Item 2 - Apresentar obrigações legal ou não formalizada mediante ao resultado do evento passado?
Item 3 - Para liquidar as obrigações será provável que seja necessário uma saída de recursos?
Item 4 - O valor da obrigação pode ser feito de maneira confiável?
Relação das informações exigidas para mensuração
Item 5 - O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente? Item 6 - Os riscos e incertezas foram levados em consideração para se alcançar a melhor estimativa da provisão?
Item 7 - O valor da provisão representa o valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação?
Item 8 - As provisões foram reavaliadas e ajustadas conforme a data do balanço?

Continua

Continuação

Relação das informações exigidas para evidenciação
<p>Para cada classe de provisão a entidade deve divulgar:</p> <p>Item 9 - O valor contábil no início e no fim do período é demonstrado?</p> <p>Item 10 - Há provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes?</p> <p>Item 11 - São demonstrados os valores utilizados durante o período?</p> <p>Item 12 - Foram incluídos os valores não utilizados revertidos durante o período?</p> <p>Item 13- Há aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto?</p> <p>A entidade deve divulgar para cada classe de provisão:</p> <p>Item 14 - Uma breve descrição da natureza da obrigação?</p> <p>Item 15 - O cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos?</p> <p>Item 16 - Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma das saídas?</p> <p>Item 17 - O valor de qualquer reembolso esperado?</p> <p>A menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação a entidade deve para cada classe do passivo contingente:</p> <p>Item 18 - A estimativa do seu efeito financeiro?</p> <p>Item 19 - A indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída?</p> <p>Item 20 - A possibilidade de qualquer reembolso?</p>

Fonte: Adaptado com base no CPC 25.

Foram analisadas as demonstrações contábeis e as notas explicativas das companhias para determinar a aderência às exigibilidades do CPC 25 (2009). As companhias são regidas pelas normas emitidas pela CVM por meio da deliberação 594/09 em que a CVM tornou obrigatório a aderência ao CPC 25 (2009).

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 APRESENTAÇÕES DOS DADOS - ANÁLISE INDIVIDUAL POR EMPRESA

Nesta etapa são analisadas as empresas individualmente de acordo com o que foi constatado em nota explicativa de cada companhia e assim verificar quais tipos de provisões e passivos contingentes vem sendo divulgados e qual a forma que os mesmos estão sendo tratados.

4.1.1 Itaú Unibanco

Constatou-se por meio das notas explicativas da empresa em estudo que os ativos contingentes não são reconhecidos pela empresa, salvo quando há existência de evidenciação, que assegura um alto grau de confiabilidade das realizações. Os passivos contingentes decorrem em sua maioria de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários e órgão públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme nota explicativa é provável que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, assegurando que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

As provisões que mais se destacaram na empresa foram as trabalhistas com 35,3% do total das provisões de 2014, formada por processos massificados, processos individualizados relativos às horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

A empresa informa que não são provisionados os valores envolvidos em ações trabalhistas, fiscais, cíveis cuja perda é considerada possível, e assim divulgadas em notas explicativas. As que foram consideradas remotas não requerem nem provisão e nem divulgação.

Os valores considerados como possíveis nas ações cíveis foram de 11% do total informado, sendo estes referentes à revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais. Já os de ações trabalhistas foi de 3% do montante, relacionados a horas extras, equiparação salarial complemento de aposentadoria e outros. E os de ações fiscais foram de 86% pertinentes a INSS, IRPJ E CSLL, PIS, COFINS E ISS.

Os outros riscos são divulgados, sendo quantificados e provisionados pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e crédito com FCVS cedidos ao Banco Nacional. As notas explicativas apontam que os ativos dados em garantia das contingências são títulos e valores mobiliários e os depósitos em garantia de recursos.

4.1.2 Bradesco

A empresa reconhece uma provisão quando tem um resultado de um evento passado, no qual a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação. As provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontada a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo. Na formulação das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for considerada como provável.

A empresa é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do curso normal de suas atividades cotidianas. A provisão que teve mais notoriedade em 2014 foi a Fiscal com 52,1% do total das provisões do período.

A companhia mantém um sistema na qual ela acompanha todos os processos administrativos e judiciais em que a companhia figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente em suas demonstrações. Os principais processos com esta classificação foram em autuação do IRPJ e CSLL e ISSQN de empresas de arrendamento mercantil.

4.1.3 Ambev

A AmBev faz o tratamento seus ativos, passivos e passivos adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios, reconhecidos pelos seus valores justos, na data de aquisição. Assim se a participação da Companhia no valor justo líquido dos passivos contingentes

reconhecidos excederem o custo da combinação de negócio, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

As provisões da Ambev são reconhecidas quando a companhia tem uma obrigação presente resultante de evento passado, sendo provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente e o valor pode ser estimado com razoável segurança. As provisões são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão é reconhecido como despesa financeira.

A AmBev divulga como perda provável, e faz o seu provisionamento, os processos de impostos sobre vendas, trabalhistas e processos ajuizados por ex-distribuidores, principalmente no Brasil. Estes se referem, principalmente, a pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

A provisão que mais se destacou na empresa foi a tributária, formada por impostos sobre vendas e imposto de renda totalizando praticamente 53% do total das provisões no ano de 2014. Outro destaque foi a provisão trabalhista com 24,3% do total das provisões.

As contingências divulgadas consideradas como possíveis tem passivos relacionados a ações judiciais decorrente de curso normal dos negócios. Adicionalmente a empresa divulga que tem ações de natureza tributária com 78% do total referente a PIS, COFINS, ICMS, IPI, IRPJ E CSLL, cível com o 15% do montante, trabalhista totalizando 1% e outros com estimativa de 7% para as quais não há provisão constituída.

4.1.4 Banco do Brasil

De acordo com suas normas e procedimentos o Banco do Brasil constitui provisões quando a empresa possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados sendo provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação e o valor da obrigação possa ser apurado com segurança.

A companhia monitora seus processos judiciais para avaliar as naturezas e complexidades, o andamento dos processos, a opinião dos advogados do Banco e a experiência do Banco com processos similares. Quando a empresa determina uma perda como provável ela considera a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da

divulgação das demonstrações contábeis e a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações.

A empresa divulga em nota explicativa os processos de natureza trabalhista, fiscal e cíveis considerados com risco de perda provável, estas provisões são garantidas por meio de depósitos judiciais efetuados no Banco ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. A provisão que mais teve notoriedade foi as cíveis com 70,3% do total das provisões no ano de 2014.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas suas demonstrações contábeis, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados. Os classificados como possíveis são de natureza trabalhista com o 1% do total informado, fiscais no montante 74% e cíveis com o 25%. Não foram citados a que se referia cada um destes passivos contingentes.

Devido o cenário de incertezas das durações dos processos, assim como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

4.1.5 Ogx

A empresa Ogx reconhece uma provisão no balanço quando a Companhia e suas coligadas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A companhia avalia mensalmente o prognóstico de êxito das causas nas quais é ré.

Em 31 de dezembro de 2014 a Ogx não ações na qual a probabilidade de perda fosse considerada provável (maior que 50%), não sendo constituída nenhuma provisão para o ano de 2014. Na data citada a Companhia era ré nos seguintes litígios de valores relevantes e perdas consideradas possíveis. Não foram constituídas provisões para perda desses processos:

(a) CIDE e IRRF sobre pagamentos feitos a empresas estrangeiras por força de contrato de afretamento de embarcações;

(b) Aceitação de garantidor para os tributos federais suspensos em razão da admissão temporária, no regime de Repetro, do FPSO OSX-3;

(c) Causas trabalhistas: questionamentos de horas extras, adicional noturno, danos morais etc;

(d) UTE Parnaíba I e II (cessão de direitos decorrentes de garantias supostamente prestadas pela companhia) e,

(e) Afretamento do FPSO OSX 3.

Com isso, verifica-se que a companhia no ano de 2014 não constituiu nenhuma provisão em suas demonstrações financeiras, apenas listando as contingências consideradas como possíveis, sendo apenas divulgado em notas explicativas.

4.1.6 Telefônica

A companhia Telefônica reconhece suas provisões quando existe uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos sendo considerada a probabilidade de perda como provável e que pode ser estimada com confiança. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a empresa assumirá determinadas responsabilidades.

A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

A avaliação da probabilidade de perda está incluída a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, assim como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A administração da companhia e controlada, com base na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas na qual o desfecho desfavorável é considerado provável, sendo elas nas áreas trabalhistas, tributárias, cível e regulatório, passivo contingente (PPA) e provisão para desmantelamento.

As provisões para desmantelamento de ativos se referem aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os *sites* (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se

encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação. Estes custos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo.

As provisões que mais tiveram relevância foram as tributárias com 49,3% do total de provisões do ano de 2014, sendo compreendida por tributos federais, estaduais e municipais. Foi divulgado em nota as contingências possíveis nas áreas tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias, nas quais não foram provisionadas e apenas divulgadas devido a empresa não ter como estimar o prejuízo desses montantes.

Em alguns momentos, por exigência legal ou por apresentação de garantias são feitos depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

4.1.7 BB seguridade

O BB Seguridade está em conformidade com a IAS 37 na qual constituem provisões na qual a empresa possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, sendo mais provável que um desembolso de recurso seja exigido para liquidar a obrigação e o valor da obrigação é apurado com bases em estimativas confiáveis. Nos processos judiciais a empresa avalia a natureza e a complexidade, o andamento dos processos, a opinião dos advogados da BB Seguridade e a experiência nos processos similares.

Quando a empresa determina que uma perda seja provável, ela considera a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorrem antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes de sua divulgação e a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes de sua publicação.

As provisões que foram consideradas como prováveis são de natureza fiscal e cíveis, sendo as cíveis a de maior relevância no ano de 2014 com 79,8% do total de provisões, sendo compostos por pedidos de indenizações diversas (dano material, moral e etc.), litígios quanto ao pagamento de sinistros e aplicabilidade do código de defesa do consumidor.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis e apenas divulgados em notas explicativas e os classificados

como remotos não requerem provisão nem divulgação. Sendo os saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis na área fiscal com 58% do total e cível com a porcentagem de 42%.

A companhia faz depósitos de quantias em dinheiro efetuado no banco ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantia do pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas de processos judiciais.

4.1.8 Btg factual

O Btg factual reconhece uma provisão quando a companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e que seja provável um desembolso que incorpora benefícios econômico necessário para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

As contingências passivas são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação.

Após toda análise das notas explicativas foi constatado que a empresa não divulgou os valores das suas provisões consideradas como provável, assim como as naturezas das mesmas. Não demonstrou os valores das provisões utilizadas e nem as revertidas e ainda não foi citado em nenhum momento os valores dos passivos contingentes considerados como possíveis ou remotos.

4.1.9 Cielo

A companhia Cielo reconhece uma provisão quando um evento passado gera uma obrigação legal implícita e existe a probabilidade de uma saída de recursos, podendo o valor da obrigação ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em

discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

A administração, de acordo com seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações trabalhistas, cíveis, e tributárias, constitui provisão para cobrir com confiança os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso. Destas provisões a que mais tem relevância é a tributária com 90,3% do total das provisões constituídas em 2014, sendo composta por 275 ações trabalhistas contra a sociedade e 68 contra as controladas, totalizando 343 ações. Dentre essas ações, 131 foram movidas por ex-empregados e as 212 restantes foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

Adicionalmente a sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída e não tendo a divulgação dos seus valores em notas explicativas. A empresa mantém depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, assim garantindo os eventuais pagamentos.

4.1.10 Cemig

A companhia Cemig reconhece uma provisão quando ela possui uma obrigação legal, como resultado de um evento passado, que se possa ser estimado de maneira confiável e que seja provável que um desembolso seja requerido para quitar a obrigação. Ela também reconhece um contrato oneroso quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações da concessão. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato de concessão e o custo líquido esperado de continuar com o mesmo.

Quando a expectativa de perda é considerada como provável a Cemig constitui uma provisão, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação. A companhia em 2014 é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, advindos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatória e outras.

No ano de 2014 a provisão que obteve maior relevância foi a trabalhista com 42,7% do total das provisões do período, sendo composta por ações relativas às horas extras e ao

adicional de periculosidade. Outra provisão que teve relevância em 2014 foi a societária a qual se refere a diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais . Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. A Cemig foi uma das poucas empresas que divulgaram e provisionaram os passivos ambientais, estes envolvidos em áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros somando o montante de R\$ 1.215.000,00.

Os passivos contingentes considerados como possível na área trabalhista é de 6%, já os fiscais somam o montante de 47%, os de questões regulatórias na quantia de 36%, os cíveis totalizam 7% e os passivos ambientais totalizando o valor de 4%.

A companhia julga não ser necessário fornecer aos usuários destas informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, assim como qualquer reembolso, acreditando que eventuais desembolsos não afetarão o resultado de suas operações e a sua posição financeira.

A empresa seguiu à legislação do CPC 25 na qual a empresa precisa divulgar os passivos contingentes com expectativa de perda possível, destes eles divulgam os de natureza trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatória e outras.

4.1.11 Brf

A empresa Brf reconhece suas provisões quando tem uma obrigação presente que pode ser formalizada ou não, em consequência de um evento passado e sendo provável que benefícios econômicos sejam necessários para liquidar a obrigação, tendo uma estimativa confiável do valor que pode ser feita.

A empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os processos em que a empresa está envolvida são os cíveis, administrativos, tributários e trabalhistas. As classificações dos riscos de perda nos processos legais são descritos como

prováveis, possíveis ou remotos. A provisão registrada em relação a estes processos é determinada pela Administração da empresa, com base nas análises de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Para cobrir eventuais perdas com os processos administrativos e judiciais são feitas as provisões constituídas de acordo com a Deliberação CVM nº 594/09.

A provisão que teve maior relevância no ano de 2014 foi a trabalhista com 51,1% do total das provisões, estas sendo compostas principalmente por horas extras e ajustes inflacionários dos salários requeridos anteriormente à introdução do real, supostas enfermidades alegadamente contraídas em decorrência do trabalho, acidentes de trabalho em suas fábricas e adicionais diversos.

A Brf divulgou as contingências consideradas pelos seus assessores jurídicos, cuja expectativa de perda é considerada como possível, não sendo feita nenhuma provisão, nas naturezas trabalhistas, cível e tributárias somando o montante de R\$ 9.268.519,00, não sendo discriminado o valor pertencente a cada contingência.

4.1.12 Santander

A companhia Santander reconhece as provisões quando os saldos credores que cobrem obrigações presentes na data do balanço decorrentes de eventos por danos passados que podem advir de prejuízos patrimoniais para as entidades consolidadas, sendo considerado como prováveis no que se refere à sua ocorrência, específicos em relação à sua natureza, mas indeterminados em termos de sua importância ou tempo de cancelamento.

Os passivos contingentes são definidos como obrigações em potencial resultantes de eventos passados, cuja realização está condicionada à ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros independentes da vontade das entidades consolidadas. Incluem as obrigações atuais das entidades consolidadas, cujo cancelamento dificilmente originará uma diminuição de recursos que incorporam lucros econômicos.

As provisões são classificadas em função das obrigações cobertas em:

- Provisões para fundos de pensão: inclui a soma de todas as provisões constituídas para hedging de benefícios pós-emprego, incluídos os compromissos assumidos com funcionários antecipadamente aposentados e obrigações semelhantes.

- Provisões para riscos e compromissos contingentes: inclui o montante das provisões constituídas para a cobertura de riscos contingentes, entendidos como aquelas transações nas quais a entidade dá garantia a obrigações de terceiros, surgidas em virtude de garantias

financeiras prestadas ou outro tipo de contratos, e de compromissos contingentes, entendidos como compromissos irrevogáveis que podem dar lugar ao reconhecimento de ativos financeiros.

- Provisões para impostos, e outras contingências legais: inclui o valor das provisões constituídas para o hedging de contingências de natureza fiscal, jurídica, litígio e as demais provisões constituídas pelas entidades consolidadas. Entre outros conceitos, esta rubrica inclui provisões para reestruturação e autuações ambientais, se for o caso.

O banco tem como garantias financeiras os contratos pelos quais a empresa se obriga a pagar valores específicos por conta de um terceiro em caso da não observância independentemente da forma em que a obrigação é instrumentada: fiança, garantia financeira, seguro ou derivativos de crédito. Estas garantias estão sempre em análise a fim de determinar o risco de crédito aos quais estão expostas e assim estimar a necessidade de constituir provisão para elas.

As provisões são estimadas aplicando procedimentos de cálculo prudente e coerente com as condições de incerteza inerentes às obrigações que cobrem, estando determinado o momento definitivo da saída de recursos que incorporam o lucro econômico para o Grupo por cada uma das obrigações em alguns casos sem um prazo fixo de cancelamento, e em outros casos, em função dos litígios em andamento.

As provisões que mais tiveram relevância em 2014 foi a de fundos de pensão e obrigações similares com 61,2% do total de provisões, sendo formada por provisões para planos pós-emprego de entidades espanholas e Santander UK plc e ainda provisões para outras obrigações similares de entidades espanholas.

O Santander não divulgou a classificação de seus processos com o grau de risco de perda possível e remoto. Pôde-se perceber que o valor considerado como provável estava totalmente provisionado em 2014. Com isso, as divulgações exigidas para passivos contingentes foram atendidas em partes, conforme as normas de divulgação.

4.1.13 Jbs

Os ativos contingentes são reconhecidos pela Jbs somente quando é “praticamente certo” a sua exigibilidade, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, já os considerados como prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos

contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A empresa constitui provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais, nas quais as principais informações desses processos são representadas por: trabalhistas, cíveis, e fiscais. Destas provisões a que se destaca é a fiscal com 54,8% do total das provisões, grande parte dessas com ICMS e INSS. A companhia ainda é parte em outros 1030 processos fiscais, em que as contingências individualmente não apresentam relevância em seu contexto. Destacando que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas.

A companhia ainda divulgou processos de natureza fiscal, trabalhistas e cíveis, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, para os quais a administração da empresa entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda em consonância com CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os valores para cada natureza considerada como possível não foi divulgado em nota explicativa.

4.1.14 Rede energia

A provisão da Rede Energia é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

A empresa considera como risco provável e faz o devido provisionamento para as provisões trabalhistas, cíveis e fiscais. Entre estas as que se ressaltam são a Cíveis com 60,5% do total das provisões em 2014, sendo constituída por danos morais, materiais e reclamações de consumidores. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 E nº 45, aplicadas durante a vigência do plano cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

A companhia demonstra ainda as perdas consideradas como possíveis de processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$ 1.150.542,00,

sendo 6% referente às questões trabalhistas, 61% pertencente a cíveis e 33% pertinente as fiscais, não requerendo a constituição de uma provisão para estes riscos. Não existe qualquer menção sobre provisão considerada como remota.

4.1.15 TIM

A TIM faz o tratamento de suas provisões na qual reconhece no balanço quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Essa provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da empresa e da administração, por montantes julgados como suficientes para cobrir perdas e riscos prováveis. As situações nas quais são considerados como possíveis são objeto de divulgação por seus valores históricos e aquelas que são consideradas remotas não são nem divulgadas.

Em seus processos a empresa considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A empresa é parte integrante em processos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória (outros), que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão que possui mais representatividade no ano de 2014 é a tributária com 47,9% do total das provisões.

A empresa apresenta um levantamento detalhado de suas provisões consideradas como prováveis, dando destaque para os processos regulatórios na qual a Anatel instaurou processos administrativos contra as controladas pelo não cumprimento de certos indicadores de qualidade, inadimplemento de outras obrigações derivadas dos termos de autorização e o não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC.

A TIM divulga em sua nota explicativa os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis nas áreas cíveis no montante de 8%, trabalhistas totalizando 5%, tributária somando o valor de 86% e regulatória (outros) com o valor total de 1% do total dos passivos contingentes. Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis, são monitorados pela administração e divulgados pelos seus valores históricos.

4.1.16 Gerdau

A Gerdau e suas controladas são parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração se baseia na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis.

As provisões foram constituídas considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

A provisão que mais tem representatividade é a provisão fiscal com 77,3% do total das provisões de 2014, apresentando relevância no programa de integração social e contribuição para financiamento de seguridade social com 75% do total desta provisão. Ela também é representada pela compensação de créditos de PIS, incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas. Nas provisões trabalhistas nenhuma das ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente pedidos de horas extras, insalubridade, periculosidade, indenização por acidentes do trabalho e doença ocupacional, entre outros.

Nas provisões cíveis a empresa é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas. Verifica-se nas notas explicativas que a empresa demonstra os passivos contingentes considerados como possível e que não foram provisionados na área tributária somando o valor de 98% e também na cível no montante de 2%. A companhia ainda demonstra que mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Gerdau, sendo uma indústria siderúrgica, usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais, com isso a companhia e suas controladas entendem que para estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações a empresa tem que realizar periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas e assim constituindo provisão para passivos ambientais totalizando 6,9% de todas as provisões e assim mostrando uma preocupação com o meio ambiente e sua preservação.

4.1.17 Tractebel Energia

Na empresa Tractebel Energia são reconhecidas as provisões quando existe uma obrigação presente resultante de evento passado, no qual seja provável que uma saída de recurso será feita para liquidar a obrigação. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida na despesa financeira. Os passivos contingentes significativos avaliados como sendo de risco de perda possível e remota não são provisionados e apenas divulgados em nota explicativa assim que necessário.

Quando a probabilidade de perda é considerada provável a avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Na companhia Tractebel verificou-se que as provisões que mais possuem representatividade é a Cível com 86,4% do total de provisões feitas em 2014. Estas resultam de compra de combustível, tarifa de uso do sistema de transmissão, desapropriações, contratos com fornecedores, benefícios de aposentadoria, ambientais e ações diversas. A que mais possui representatividade é a de compra de combustível com 44% do total das provisões. Esta provisão decorre de disputa judicial com fornecedor de combustível em função de divergência quanto à aplicação dos tempos da legislação vigente, no que se refere à definição do preço de combustível. A empresa adotou uma posição prudente quanto ao provisionamento visto que o processo ainda se encontra em estágio inicial de tramitação, o mérito da ação ainda não foi julgado na instância de 1º grau na qual tramita e não há jurisprudências em ações similares.

Outro fato que chamou a atenção é a provisão ambiental que representa 5,4% do total de provisões, sendo composta por três ações para implantação da eclusa, oito ações requerendo a implantação de reflorestamento e constituição de área de preservação permanente de 100 metros no entorno dos reservatórios das duas usinas e outras ações relativas a supostos danos causados pelo enchimento do reservatório de uma usina, ao despejo de cinzas em áreas supostamente inadequadas, à influencia da operação de usina em um rio e ao processo de licenciamento ambiental de duas pequenas centrais hidrelétricas.

A Tractebel divulgou a classificação dos seus processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, podendo ser remota, possível e provável. A quantia que foi considerada como provável está totalmente provisionada, as consideradas como possível são as da área fiscal no montante de 86%, cíveis totalizando 12% e a trabalhista somando a

quantia de 2% do total, sendo apenas demonstrados em notas explicativas e não são provisionadas, conforme exige a lei de divulgação dos passivos contingentes, demonstrando em ser o mais transparente possível. Não ocorreu menção a possibilidade remota.

4.1.18 Companhia de Concessões Rodoviárias

A CCR é parte em ações judiciais e processos administrativos em tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do processo normal de suas funções, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A empresa reconhece no balanço uma provisão quando possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um desembolso financeiro seja preciso para quitar a obrigação.

A administração da empresa constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso com base em informações de seus assessores jurídicos, nas análises das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

A provisão que mais possui representatividade é a trabalhista com 61,3% do total de provisões que a companhia possui em 2014. Não é informado do que constituem os 61,3%, mas a administração constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, sempre levando em consideração as informações de seus assessores jurídicos, as análises das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

A empresa e suas controladas possuem diversos riscos a questões tributárias no montante de 63%, cíveis somando 35% e trabalhistas totalizando 2% do total, avaliada pelos assessores jurídicos com a possibilidade de risco possível, porém nenhuma provisão foi feita, devido à legislação adotada no Brasil não determinar sua contabilização.

Na próxima seção são apresentados às análises geral das empresas frente à apresentação do passivo contingente e suas provisões.

4.2 APRESENTAÇÕES DOS DADOS – ANÁLISE GERAL

Foram analisadas as demonstrações contábeis das empresas que obtiveram os maiores lucros no Brasil durante o ano de 2014 de acordo com a revista Exame, Melhores e Maiores (2015). É necessário salientar que os resultados desta pesquisa estão restritos à amostra definida pela mesma.

Os dados coletados foram avaliados sob um viés qualitativo a fim de analisar e compreender as informações coletadas. A análise dos dados inicia-se pela leitura dos pareceres dos auditores independentes para verificar se há ressalva ou apontamentos em relação ao reconhecimento, mensuração e evidenciação do passivo contingente. Após todas as análises das empresas em relação aos pareceres, verificou-se que nada foi mencionado a respeito de informações relativas a provisões e passivos contingentes.

Para nortear a investigação dos dados utilizou-se como instrumento basilar a leitura das notas explicativas, ferramenta que contribuiu para verificar a existência ou não do passivo contingente. Foram analisadas as diversas áreas das notas explicativas para verificar o conteúdo sobre provisões e passivos contingentes.

As notas explicativas que são divulgadas pelas empresas devem conter as informações e exigências de acordo com o CPC 25. No Quadro 4 contém o resultado das informações extratidas das notas explicativas das companhias que foram analisadas. Todos os itens que foram analisados se ligam com os quesitos apresentados no Quadro 3, que demonstra todas as informações exigidas pelo CPC 25 sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação do passivo contingente. Em cada item foram atribuídas três respostas: 1) sim – o item foi divulgado; 2) não – o item não foi divulgado e 3) parcial – o item foi atendido parcialmente.

Quadro 04 - Relação das informações exigidas para divulgação, mensuração e evidenciação dos passivos contingentes

Empresas	Itaú	Bradesco	Ambev	BB	Ogx	Telefônica	BB seg.	Btg	Cielo	Cemig	Brf	Santander	Jbs	Rede E.	TIM	Gerdau	Tractebel	Ccr	
Item 1	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Item 2	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Item 3	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Item 4	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Item 5	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Item 6	sim	sim	não	sim	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Item 7	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Item 8	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	não	não	sim	sim	sim	sim	não	sim	não	sim	sim	sim
Item 9	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Item 10	sim	sim	não	não	não	sim	não	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Item 11	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Item 12	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Item 13	não	sim	sim	não	não	sim	não	não	não	não	sim	sim	sim	não	não	não	não	não	não
Item 14	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Item 15	não	sim	sim	sim	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não
Item 16	não	não	não	sim	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não
Item 17	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não
Item 18	sim	sim	não	sim	não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Item 19	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não
Item 20	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não
Total - sim	13	15	13	14	3	14	12	7	12	13	14	14	14	12	13	12	13	13	13

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir do Quadro 4 é possível verificar os itens que obtiveram resposta sim. Na Tabela 1 é demonstrado o percentual de empresas que responderam ao quesito sim, tendo como base o Quadro 4.

Tabela 1 - Percentual de respostas sim - Item divulgado

ITEM	% de respostas sim - item divulgado
1	100
2	100
3	100
4	95
5	95
6	90
7	95
8	75
9	90
10	85
11	90
12	90
13	30
14	90
15	15
16	5
17	0
18	90
19	0
20	0

Fonte: Elaborado pelo autor

Verifica-se no Quadro 4 e na Tabela 1 que nenhuma companhia divulgou todos os itens exigidos pelo CPC 25 durante o ano de 2014. Ressalta-se que nenhuma empresa atendeu aos itens parcialmente, conforme análise do Quadro 4, visto que as proposições direcionavam para exatidão de resposta, não cabendo neste estudo a análise de resposta parciais, na qual não traria contribuição para este estudo em razão de a pesquisa ter se baseado na resposta “sim” para as análises feitas ou não feitas. Observa-se na Tabela 1 que o item 17, sobre a divulgação das possibilidades de reembolso, não foi atendidos por nenhuma empresa da amostra, assim como os itens 19 e 20, já em relação ao item 18 sobre a estimativa do seu efeito financeiro 90% das empresas atenderam.

Nota-se que os itens 1, 2 e 3 referentes à divulgação do passivo contingente, apresentaram uma obrigação resultante de evento passado e para liquidar a obrigação seja

necessário um desembolso, respectivamente, foram atendidos pelas 18 empresas totalizando 100% dos itens. Em relação às informações exigidas para reconhecimento nos itens 4 e 5 verificou-se que 95% das empresas informaram em suas notas explicativas no ano de 2014. Nas informações exigidas para mensuração nos itens 6 ao 8, grande parte das empresas informaram seus dados em suas notas explicativas, assim, mostrando um bom comprometimento aos usuários das informações.

Um fato relevante, foi na relação das informações exigidas para evidenciação dos itens 9 ao 20, na qual destes, 5 itens ficaram abaixo dos 25% demonstrando que grande parte destas empresas não atenderam aos quesitos exigidos conforme previsto na lei.

No item 16 sobre uma indicação das incertezas do valor ou cronograma de ocorrência de qualquer saída dos passivos contingentes foi atendido por apenas uma única empresa, o Banco do Brasil.

As únicas empresas que não tiveram litígios cuja expectativa de perda fosse considerada provável, que não constitui nenhuma provisão para o ano de 2014, foram a OGX e a Btg Pactual.

A Tabela 2 demonstra o índice de evidenciação das empresas em relação à lucratividade em 2014. Para a análise foi feita uma divisão das empresas que mais lucraram em 2014, sendo compostas da 1º a 9º lugar e as que menos lucraram pertencendo às colocações de 10º a 18º lugar.

Tabela 2 - Percentual de respostas sim por empresa vs Lucro em 2014

Colocação	Empresa	% de respostas	
		sim	Lucro em 2014 (R\$ Bilhões)
1	Itaú	70	20,241
2	Bradesco	80	15,088
3	Ambev	65	12,065
4	BB	75	11,240
5	Ogx	15	9,860
6	Telefônica BB	75	4,936
7	Seguridade	65	3,456
8	Btg Pactual	40	3,300
9	Cielo	65	3,210
10	Cemig	70	3,130
11	Brf	75	2,220
12	Santander	75	2,160
13	Jbs	75	2,030
14	Rede energia	65	1,700
15	TIM	70	1,540

Continua

Continuação

Colocação	Empresa	% de respostas sim	Lucro em 2014 (R\$ Bilhões)
16	Gerda	65	1,400
17	Tractebel	70	1,336
18	Ccr	70	1,340
	Média	66	

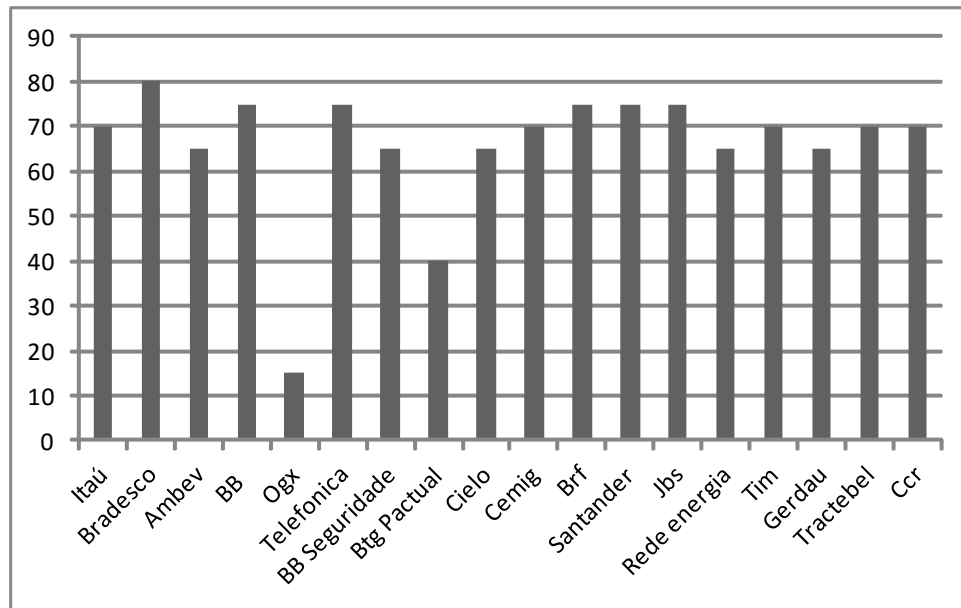
Fonte: Elaborado pelo autor

A partir da Tabela 2 é possível constatar que não necessariamente as empresas que obtiveram os maiores lucros em 2014 foram às empresas que mais evidenciaram, mas entre estas, algumas empresas obtiveram índices com relevância e acima da média, como as companhias Bradesco que obteve o maior índice com 80% e o Banco do Brasil e Telefônica, Brf, Santander e Jbs com 75% cada uma.

Pode-se observar que grande parte das empresas que menos lucraram de acordo com a Tabela 1 obtiveram índices acima da média, como por exemplo, as companhias Cemig, Brf, Santander, Jbs, Tim, Tractebel e Ccr com índices de evidenciação de 70%, 75%, 75%, 75%, 70%, 70% e 70% respectivamente. Mostra-se assim que as empresas com menores lucros em 2014 de acordo com a Tabela 1 foram as que obtiveram índices acima da média de 66% e mantendo uma constância nos índices. Pode-se constatar ainda que sete empresas tiveram seus índices abaixo da média, entre elas a OGX e BTG Pactual que tiveram destaque pelo baixíssimo índice de 15% e 40% respectivamente.

As provisões afetam diretamente o lucro, visto que se tenham passivos contingentes que não foram provisionados no período, poderiam modificar os resultados de cada empresa analisada, uma vez que uma classificação errônea poderia afetar o lucro e assim ter uma menor credibilidade nas demonstrações financeiras das entidades analisadas e com isso afetar os seus patrimônios líquidos.

O Gráfico 1 representa uma forma prática de visualizar e analisar os índices de evidenciação por empresa.

Gráfico 1 -Índice de evidênciação por empresa

Fonte: Elaborado pelo autor

Verifica-se a partir do Gráfico 1, juntamente com a Tabela 2 que entre as 9 empresas mais lucrativas a que mais se destacou foi a companhia Bradesco, na qual obteve um índice de evidênciação de 80%, porém dentre estas apenas 4 empresas ficaram acima da média. Já na segunda metade da Tabela 2 e de acordo com gráfico 1, entre a décima e a décima oitava empresa, 7 companhias obtiveram índices acima da média, mostrando assim uma constância no índice de evidênciação. Observa-se que as companhias que obtiveram os menores são a Ogx (5º) e Btg Pactual (8º) com índice de evidênciação de 15% e 40%, respectivamente, estando estas entre os 9 maiores lucros de 2014.

A Tabela 3 representa o percentual e a natureza de cada provisão que foi reconhecida por empresa.

Tabela 3 - Provisões divulgadas no exercício de 2014

EMPRESAS	Ambiental	Fiscal	Trabalhista	Cível	Pensão	Societária	Outras	Total (R\$ mil)
Itaú unibanco	0,0%	28,6%	35,3%	34,9%	0,0%	0,0%	1,2%	R\$ 17.026.671,00
Bradesco	0,0%	52,1%	19,5%	28,4%	0,0%	0,0%	0,0%	R\$ 13.864.401,00
Ambev	0,0%	53,0%	24,3%	3,5%	0,0%	0,0%	19,2%	R\$ 682.454,00
Banco do Brasil	0,0%	2,7%	27,0%	70,3%	0,0%	0,0%	0,0%	R\$ 7.672.712,00
ogx	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	R\$ -
telefonica	0,0%	49,3%	20,9%	24,7%	0,0%	0,0%	5,2%	R\$ 5.135.930,00
Bb seguridade	0,0%	79,8%	0,0%	20,3%	0,0%	0,0%	0,0%	R\$ 14.557,00
Btg pactual	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	R\$ -

Continua

Continuação

EMPRESAS	Ambiental	Fiscal	Trabalhista	Cível	Pensão	Societária	Outras	Total (R\$ mil)
Cielo	0,0%	90,3%	8,1%	1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	R\$ 1.223.633,00
Cemig	0,2%	9,7%	42,7%	5,8%	0,0%	31,7%	10,0%	R\$ 754.975,00
Brf	0,0%	39,6%	51,1%	9,3%	0,0%	0,0%	0,0%	R\$ 1.185.733,00
Santander	0,0%	19,0%	4,3%	0,0%	61,2%	0,0%	15,6%	R\$ 15.376.000,00
Jbs	0,0%	54,8%	34,2%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	R\$ 705.844,00
Rede Energia	0,0%	10,2%	29,3%	60,5%	0,0%	0,0%	0,0%	R\$ 538.671,00
Tim	0,0%	47,9%	15,5%	25,4%	0,0%	0,0%	11,2%	R\$ 406.509,00
Gerdau	6,9%	77,3%	13,5%	2,4%	0,0%	0,0%	0,0%	R\$ 1.576.355,00
Tractebel	5,4%	2,5%	5,7%	86,4%	0,0%	0,0%	0,0%	R\$ 202.472,00
Ccr	0,0%	14,1%	61,3%	24,6%	0,0%	0,0%	0,0%	R\$ 64.574,00

Fonte: dados da pesquisa

Para melhor análise do estudo cabe ressaltar que as empresas por vezes adotam o fator previdenciário junto a ações trabalhistas e também as fiscais. Nesta direção optou-se para melhor análise da conjuntura considerar o montante previdenciário junto a cada natureza, estando ela na fiscal ou trabalhista, visto que não é possível distinguir o valor para cada provisão.

Observa-se a partir da Tabela 3 que a provisão que teve a maior relevância durante o ano de 2014 nas empresas que obtiveram os maiores lucros do Brasil é a Fiscal, dentre estas as companhias que ganharam notoriedade foram as BB Seguridade, Cielo e Gerdau com 79,8%, 90,3% e 77,3%, respectivamente. A segunda provisão com maior relevância foi a Cível, tendo destaque para as empresas Banco do Brasil, Rede Energia e Tractebel com 70,3%, 60,5% e 86,4% respectivamente. Em terceiro ficou a provisão para contingência trabalhista ganhando realce para as empresas Cemig, Brf e Ccr com 42,7%, 51,1% e 61,3% nesta ordem.

Constata-se ainda que apenas três companhias provisionaram a contingência ambiental, sendo elas a Cemig com 0,2%, a Gerdau com 6,9% e a Tractebel com 5,4% do total de suas provisões. Ainda verifica-se que o Santander foi a única empresa que fez provisão para fundo de pensão com 61,2% do total provisionado. Outra companhia que teve destaque foi a Cemig, na qual provisionou 31,7% do total de suas provisões para contingências societária.

Após todas as análises feitas verificou-se que as empresas ainda precisam se adequar as normas previstas no CPC 25 (2009), e com isso demonstrar um maior grau de comprometimento com os usuários das informações contábeis para que os mesmos possam ter as informações fidedignas para suas tomadas de decisões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi verificar entre as empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro - BM&FBOVESPA S.A. se as exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes previstas pelos órgãos nacionais estão sendo atendidas de maneira legal. Para isso, realizou-se uma pesquisa de caráter descritiva a partir das demonstrações financeiras, notas explicativas e pareceres dos auditores independentes do exercício de 2014 disponíveis no site da bolsa de valores, mercadoria e futuro de São Paulo relativo às empresas que compuseram o estudo.

Nesta direção frente aos objetivos do estudo constatou-se que as companhias não vêm cumprindo as exigências de acordo com o CPC 25 (2009), demonstrando que as mesmas precisam se adaptar as novas legislações que vigoram nacionalmente. Para assim demonstrar aos usuários das suas informações uma maior transparência.

Constatou-se que os passivos contingentes e as provisões com maiores relevâncias foram as de natureza fiscal, trabalhista e cível, respectivamente. Apenas três empresas apresentaram passivos ambientais em suas demonstrações, mostrando assim que estas empresas tem a representação do dano causado ao meio ambiente.

Percebeu-se que não necessariamente as empresas que obtiveram os maiores lucros em 2014 foram às empresas que alcançaram os maiores índices de evidenciação, tendo uma maior relevância a empresa Bradesco com um índice de 75% e sendo a segunda maior lucrativa no ano de 2014. Já a empresa que teve menor relevância foi a empresa Ogx na qual obteve um índice de 15%. Ainda pode-se observar que 7 das empresas que obtiveram os menores lucros de acordo com a Tabela 2 tiveram um índice acima da média.

Verificou-se que as provisões que tiveram maiores relevâncias da amostra são as de natureza Fiscal com destaque para empresa Cielo com 90,3% do seu total provisionado, em seguida aparece a Cível com destaque da empresa Tractebel com 86,4% do total das provisões e em terceiro foi Trabalhista na qual a empresa Ccr teve notoriedade com 61,3% do seu montante provisionado no ano de 2014.

Frente aos itens de reconhecimento e mensuração a pesquisa constata que das empresas analisadas a grande maioria tem conhecimento sobre o assunto. Entretanto grande parte das companhias não estabelece a divulgação conforme exigência definida pelo CPC 25 (2009).

O instrumento CPC 25 (2009) é a diretriz normalizadora que reduz a assimetria da informação perante seus usuários externos, contribuindo para que os mesmos tenham as devidas informações contábeis para uma melhor compreensão e assim poder tomar as melhores decisões em seus investimentos. No tratamento das provisões e passivos contingentes existem muitas incertezas, o CPC 25 (2009) visa reduzir a disparidade informacional gerada por estas e com isso contribuir para uma melhor efetividade do mercado perante aos seus usuários da informação.

Esta pesquisa proveio de uma abordagem qualitativa, que possui limitações próprias, assim outros pesquisadores poderiam ter chegado a resultados diferentes que poderia decorrer das percepções dos pesquisadores sobre as funcionalidades e limitações de estudos aplicados a outros setores.

Conforme os estudos anteriores apresentados verifica-se que o presente estudo chega a conclusões similares a pesquisas já produzidas. Um exemplo seria o de Suave, Codesso e Pinto (2013), quando os mesmos informam que muitas empresas ainda não divulgam informações com a melhor qualidade e que expressem a realidade conforme exigências previstas no CPC 25 (2009). A presente pesquisa também partilha deste entendimento, pois se verificou nas análises das 18 empresas, tal carência de informação, fator que dificulta os usuários das informações contábeis nas tomadas de decisões. Ainda tomando de exemplo os estudos de Suave, Codesso e Pinto (2013) a pesquisa atual chegou à mesma conclusão que a provisão que teve a maior relevância foi a fiscal.

Considerando a relevância da temática frente aos passivos contingentes e provisões a pesquisa recomenda-se para estudos futuros travar discussões frente a diferentes setores da economia para buscar outros resultados. Também é possível fazer um novo estudo com as empresas que obtiveram os maiores lucros de 2015, assim como anos anteriores ao desta pesquisa e com isso poder fazer uma análise comparativa entre os anos. Ainda, pode-se fazer a ampliação de indivíduos da população, com a ideia de poder confirmar outros resultados e chegar a conclusões mais representativas, mediante outros critérios de julgamento para obter maior representatividade da amostra.

REFERÊNCIAS

- BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, Andre Andrade. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003. 189p.
- BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre as sociedades por ações. Publicado em 28 de dezembro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.html>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 17 dez.1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em 20. fev. 2016
- BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm>. Acesso em 20. fev. 2016
- CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes da. **Contabilidade internacional: aplicação das IFRSC 2005**. São Paulo: Atlas, 2006. 271p.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://static.cpc.medialogroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2015.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://static.cpc.medialogroup.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2006.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução 1.180 de 24.06.2009**. Brasília: CFC, 2009. Disponível em <http://www.cfc.org.br>. Acesso em 20. fev. 2016.
- COSTA, Eduardo Balduino da. **Passivos contingentes na Bolsa de Valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras**. 2013. 114 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2013.
- COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Metodologia da pesquisa: conceitos e técnicas**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Interciência, 2009. 203p.
- CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro. Axcel Books, c2003. 218 p.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação 594/09**. Brasília: CMV, 2009. Disponível em: <www.cvm.gov.br>. Acesso em 20. fev. 2016.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS. **Deliberação 489/05**. Brasília: CMV, 2005. Disponível em: <www.cvm.gov.br>. Acesso em 20. fev. 2016.

EXAME.COM. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/104402/noticias/os-15-maiores-lucros-do-brasil-em-2012>> Acesso em: 17 jan.. 2015.

ERNST & YOUNG E FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Loyola, c2003. 295 p ISBN 8515025965.

HENDRIKSEN, E. S.; BRENDA, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDICIBUS, Sergio de. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo. Atlas, 2010. 297 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo; Hucitec, 2004. 269 p.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, Cesar Augusto Tiburcio. **Teoria da contabilidade**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011. 328p.

ROSA, Carolina Aguiar da. **Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil**. 2014. 112 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis. 2014

SUAVE, Ricardo; CODESSO, Maurício Mello; PINTO, Hugo de Moraes. **Divulgação de Passivos Contingentes nas Empresas Mais Líquidas da Bm&fbovespa**. Revista UNIFEBE - revista de divulgação científica do centro universitário de Brusque v. 1 n. 14 (2013)

UMPIERRE, Márcia Borges; OTT, Ernani. **Informações contábeis voluntárias e as recomendações de investimentos em ações**. 2010. 18 p. In: XXXIV encontro da anpad. Rio de Janeiro/RJ – 25 a 29 de setembro. Anais... Rio de Janeiro: RJ, 2010.